

O CENTRO DE ENSINO MÉDIO CEMIX – WARÃ – MUNICÍPIO DE TOCANTÍNIA-TO

EL CENTRO DE EDUCACIÓN SUPERIOR CEMIX – WARÃ – MUNICIPIO DE TOCANTÍNIA - TO

THE CEMIX - WARAN - MUNICIPALITY OF TOCANTÍNIA-TO

COSTA, VANDA ELIZETE VIEIRA DA

Mestre em Educação - UFT

E-mail: vandaelizete@hotmail.com

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a história da educação indígena Xerente no contexto do CEMIX-WARÃ. Sua relevância social está em trazer à luz o papel social das instituições indígenas nas discussões sociais. Para atingir os objetivos propostos, foram entrevistados professores indígenas xerente, vinculados ao Colégio Cemix Warã, em Tocantína / TO. Para o desenvolvimento, optou-se por uma pesquisa em história oral com abordagem qualitativa, descritiva, usando como os parâmetros de estudos alguns teóricos das áreas da educação indígena, tais como: Alberti (1998); Albuquerque (2013); Campos (2002); Silva (2010); Thompson (1992), dentre outros. Conclui-se que é possível utilizar a educação escolar indígena como ferramenta para fortalecer o direito de acesso à educação e buscar formas de conscientizar a população sobre a importância da preservação das diferenças culturais e do patrimônio histórico.

PALAVRAS-CHAVE: : Educação Escolar Indígena; Professor; CEMIX; Xerente.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es analizar la historia de la educación indígena Xerente en el contexto de CEMIX-GUERRA. Su relevancia social radica en sacar a la luz el papel social de las instituciones indígenas en las discusiones sociales. Para alcanzar los objetivos propuestos, se entrevistó a docentes indígenas Xerente, vinculados al Colégio Cemix Warã, en Tocantína/TO. Para el desarrollo se optó por la investigación en historia oral con un enfoque cualitativo, descriptivo, utilizando como parámetros de estudio algunos teóricos de las áreas de la educación indígena, tales como: Alberti (1998); Alburquerque (2013); Campos (2002); Silva (2010); Thompson (1992), entre otros. Se concluye que es posible utilizar la educación escolar indígena como herramienta para fortalecer el derecho de acceso a la educación y buscar formas de concientizar a la población sobre la importancia de preservar las diferencias culturales y el patrimonio histórico.

PALABRAS CLAVES: Educación Escolar, Indígena, Maestro, CEMIX, Xerente

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the history of Xerente indigenous education in the context of CEMIX-WARÃ. Its social relevance lies in bringing to light the social role of indigenous institutions in social discussions. In order to achieve the proposed objectives, Xerente indigenous teachers, linked to Colégio Cemix Warã, in Tocantína / TO were interviewed. For the development, a research in oral history with a qualitative, descriptive approach was chosen, using as the study parameters some theoretical ones from the areas of indigenous education, such as: Alberti (1998); Albuquerque (2013); Campos (2002); Silva (2010); Thompson (1992), among others. It is concluded that it is possible to use indigenous school education as a tool to strengthen the right to access education and seek ways to make the population aware of the importance of preserving cultural differences and historical heritage.

KEYWORDS: Indigenous school education; teacher; CEMIX; Sherent.

INTRODUÇÃO

A concernente pesquisa tem como finalidade conhecer a história da educação indígena xerente, e suas respectivas contribuições tanto para o contexto educacional quanto intelectual da etnia em estudo, sobrevém da precisão de colaborar com estudos sobre a temática indígena. Com o intuito de conhecer/ refletir e analisar a História da Educação Indígena Xerente, no contexto do Centro de Ensino Médio Cemix- Warã.

Os Akwẽ-Xerente pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê e à família linguística Jê. Habitam duas áreas contíguas e demarcadas pelo Estado Brasileiro como território de posse e usufruto permanente, O povo Akwẽ/Xerente, é falante da Língua Akwẽ/Xerente, pertencente à família linguística Akwẽ. O grupo se autodenomina *Akwen*, que significa "indivíduo", "gente importante". Eles migraram, provavelmente, das terras secas do Nordeste até o Norte, onde encontraram abundância de água.

Os primeiros contatos com os Bandeirantes datam de 1738 (TOCANTINS, 2015). O grupo xerente soma, atualmente, uma população de aproximadamente, 3.739 pessoas distribuídas em 77 aldeias, situadas em duas Terras Indígenas, TI Akwẽ/Xerente e TI Funil, que se localizam no município de Tocantínia, no Estado do Tocantins, distante aproximadamente 100 km de Palmas, a capital do Estado.

A primeira área é denominada de terra indígena Xerente, a segunda é a terra indígena Funil, situadas ambas à margem direita do rio Tocantins, município de Tocantínia (TO), distante 80 quilômetros de Palmas, capital do Estado. Portanto, conhecer a História da Educação Indígena Xerente no Centro de Ensino Médio Cemix – Warã – Município de Tocantínia compreende ter ciência da função e da estima da escola na vida de um povo indígena, levando em consideração os diferentes períodos perpassados, por eles.

Importante registrar que a região do médio Tocantins viveu um período de conflitos extremamente violentos até 1850, quando os Xerente foram aldeados pelos freis capuchinhos Raphael de Taggia e Antonio de Ganges, em Tereza Cristina, que em 1851 passou a se chamar Piabinhas, hoje corresponde à cidade de Tocantínia.

A educação Escolar Indígena no Brasil teve início em 1549, com os Jesuítas que aqui chegaram com o objetivo de converter os indígenas à fé católica por meio da catequização, fato é que a política colonizadora tinha como atividade prioritária aculturação dos nativos utilizando a educação escolar. Essa modalidade educacional no Brasil foi consolidada, de acordo com Albuquerque (2008, p.10), “[...] somente a partir de 1970, quando o povo indígena começou a lutar e a buscar a garantia de sua escolarização. A partir desse momento, a educação indígena sofre grandes transformações”. Segundo Ghiraldelli Jr. (2001, p. 2), os jesuítas foram os responsáveis pelo ensino no Brasil por mais de duzentos anos, reproduzindo uma educação de cunho religioso-católico, fato que contribuiu para o genocídio físico e cultural dos povos nativos, por meio da catequese e do projeto civilizatório.

O termo “educação escolar indígena” é atualmente utilizado para distinguir o ensino formal em contraponto à educação informal desenvolvida no processo de socialização tradicional e específica a cada povo indígena. O conceito de Educação Escolar Indígena como direito, caracterizado pela afirmação das identidades étnicas e associação imprescindível entre escola, sociedade e identidade em consonância com os projetos societários de cada povo indígena, é originário do Movimento Indígena, que tem como objetivos, entre outros, a reflexão sobre os problemas comuns vividos pelos professores indígenas e as alternativas encontradas na educação escolar, visando garantir que a cultura e os conhecimentos ancestrais sejam respeitados e valorizados.

Este artigo surge de observações, estudos e pesquisas sobre a instituição do ensino indígena Xerente, especificamente sobre o Centro de Ensino Médio Cemix – Warã – Município de Tocantínia, a fim de se buscar o entendimento sobre a criação, bem como os objetivos dessa unidade escolar, com suas características próprias e como trabalham a defesa da cultura aliada com os conhecimentos de seus ancestrais.

A abordagem da pesquisa é quantitativa, em consonância com a História Oral, constituída nas seguintes fases: entrevista, transcrição, conferência de fidelidade e redação do artigo. Cabe ressaltar que as entrevistas se deram no momento que o mundo vive a pandemia da corona vírus, fato que levou os pesquisadores a fazerem todos os contatos por meio virtual, preservando as necessidades da História Oral.

Nesse sentido, apresentamos a estrutura do trabalho, composta por Resumo, Introdução, Referencial Teórico, subitens sobre: Historicidade da Educação Escolar indígena no Brasil e a Educação Indígena Xerente; Contexto Histórico do Centro



de Ensino Médio Indígena Xerente Warã; A historicidade do CEMIX - WARÃ nas memórias dos professores e Considerações Finais. Onde exibimos suscintamente um breve histórico da Educação Escolar Indígena, notadamente em relação à legislação que a sustenta, e os desdobramentos dos fatos em sua contextualização.

Sendo assim, delinhamos a metodologia e os procedimentos que permitiram realizar o trabalho, apoiando-nos em autores como Alberti (1998); Albuquerque (2013); Campos (2002); Silva (2010); Thompson (1992), dentre outros.

REFERENCIAL TEÓRICO

É importante iniciar apontando que a necessidade da escolarização indígena surge a partir da realidade de contato das sociedades indígenas com os colonizadores, ou com o que hoje representa a sociedade nacional.

Nesses 500 anos de colonização Europeia, a instituição escolar esteve presente entre diversos grupos indígenas. Historicamente, houve o contato dos nativos com algum tipo de educação escolar cujos objetivos eram catequizar, civilizar e integrar os indígenas à sociedade dominante, negando suas identidades diferenciadas e impondo-lhes valores alheios.

As normas constituídas de viver coletivamente das comunidades indígenas, como enfatiza Silva (2010), respeitando seus mecanismos de transmissão de conhecimentos acumulados aos seus membros mais jovens. Essa transmissão não se dá pela mera reprodução de valores e conhecimentos. Nesse sentido, a escola bilíngue intercultural tem como tarefa específica a socialização do conhecimento de modo crítico e dialógico e não de forma colonizadora, quando uns conhecimentos são colocados como verdades únicas, marginalizando os saberes tradicionais. A partir da introdução da educação escolar nas aldeias Xerente, homens e mulheres passaram a ter a mesma instrução escolar, antes separada por gênero.

O termo Índio é um termo genérico, criado pelos europeus para diferenciar-se das populações aqui contatadas. Ao ser mal utilizado, divulga para as populações não índias desavisadas a imagem de que existe só um tipo de cultura: por exemplo, todos os Índios viveriam em ocas, usariam cocares de penas, seriam curados pelo pajé e venerariam Tupã. Mas, por outro lado, está identificação tem sido apropriada pelas diferentes nações indígenas na construção de uma identidade comum, que marca a diferença entre eles e o resto do mundo e é utilizado, principalmente, em suas lutas políticas.

De acordo com Albuquerque (2013), os Xerente, assim como os demais indígenas brasileiros, organizam-se por meio de um dualismo estrutural que se manifesta por uma multiplicidade de metades nos planos sociais, expresso nos complexos rituais, grupos cerimoniais e de nomeação, classes de idade e equipes esportivas, organizados a partir de relações de parentesco. Para esse autor, a base de tal ordenamento centra-se em uma divisão de duas metades sócio cosmológico: *Doí* e *Wahirê*, associadas ao Sol e à Lua, heróis míticos fundadores da sociedade Xerente.

A educação escolar nas sociedades indígenas do Brasil começou junto com a colonização e passou por diferentes momentos até a Constituição de 1988, considerando a dimensão histórica da educação escolar indígena a partir da década de 1970, quando começaram os primeiros movimentos em que os próprios sujeitos indígenas postularam um lugar para a sua escola.

Como analisa Campos (1992, p. 16) “No Brasil, na segunda metade da década de 70, depois o da desarticulação dos movimentos sociais, que ressurgem as primeiras participações”.

No tocante à educação escolar dos indígenas Xerente, Melo e Giralдин (2012) asseguram que a experiência dos Xerente com a escola, segundo Guimarães (2002), é marcada ainda por dois importantes momentos. O primeiro ocorreu a partir da década de 1950, e estava a cargo de missionários da doutrina Cristã Batista que se empenharam em analisar a Língua Xerente com o objetivo de traduzir textos bíblicos. Os autores mencionam que foram esses missionários quem alvitram a elaboração de uma cartilha de alfabetização e um Curso de Formação de Monitores Indígenas Bilíngues para trabalhar na alfabetização na Língua Xerente. Essa proposta se efetivou em 1983, a partir de um convênio com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

O Centro de Ensino CEMIX-Warã, espaço da nossa pesquisa inicia seu funcionamento em 2008, com turmas em regime seriado utilizando práticas da Educação Indígena, levando em conta os princípios da caracterização, especificidade, intercultural e bilinguismo. O CEMIX oferece os seguintes cursos técnicos: Informática e Enfermagem Integrados ao Ensino Médio, viabilizando o apresto dos alunos Xerentes para o mercado de trabalho. Os respectivos cursos são efetivados em quatro anos com uma carga horária extensa abrangendo o estágio. Para a concretização dos cursos o



CEMIX conta com um laboratório de Informática. O CEMIX, neste momento vem como o divisor de águas entre o conhecimento tradicional e o conhecimento moderno, considerando que cada povo tem seu jeito de atuar e pensar o mundo que vive, mas o contato com o mundo do não indígena é cada vez mais inevitável, provocando a diversidade cultural.

HISTORIANDO A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL E A EDUCAÇÃO INDÍGENA XERENTE

Considerou-se importante fazer uma breve reflexão sobre a Educação Escolar Indígena no Brasil no que se refere à legislação brasileira, pois, atualmente, esse termo utilizado aponta o ensino que se desenvolve nas escolas indígenas sem contraponto à educação desenvolvida, mas também assegura aos povos indígenas o direito de utilizarem seus processos próprios de ensino e aprendizagem nas escolas instaladas em suas aldeias.

Contudo, serão comentados e mencionados quatro fatores determinantes que contribuíram para que a legislação contemplasse uma educação escolar indígena, específica e intercultural. O primeiro é a Constituição Federativa do Brasil de 1988, o segundo é a Lei Diretrizes Bases da Educação Nacional (Lei n 9394), o terceiro é o Plano Nacional de Educação (Lei nº. 10.172) e o quarto é a junção do Parecer nº 14/99 e a Resolução nº3/99 do Conselho Nacional de Educação (CNE).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9394) foi aprovada pelo Congresso Nacional no ano de 1996, também conhecida como LDB, Lei Darcy Ribeiro, é de fundamental importância porque trata de toda a educação do país.

A atual LDB substitui a Lei nº 4020/61 que tratava da educação nacional, mas em nenhum momento contemplou a educação escolar indígena. Em contrapartida, a nova LDB menciona de forma clara a educação escolar para os povos indígenas em dois momentos. O primeiro é em seu Artigo 32, que vem estabelecendo novos parâmetros para Ensino Fundamental, enfatizando que deve ser obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, tendo por objetivo a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo (LDB, 2006).

Neste artigo reporta-se ao direito inscrito no Artigo 210 da Constituição Federal que assegura a utilização das línguas maternas indígenas em seus processos de escolarização.

Assim, o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (Artigo 210 da CF).

Em outro caso, a Educação Escolar Indígena está nos Artigos 78 e 79 do Ato das Disposições Gerais e Transitórias da Constituição de 1988. Nesse contexto, se recomenda como dever do Estado oferecer educação bilíngue e intercultural com objetivo de contribuir no processo de recuperação das memórias históricas dos povos indígenas e reafirmar suas identidades, dando-lhes também acesso ao conhecimento técnico-científico da sociedade nacional.

Nota-se, em seguida, que a LDB determina a articulação dos sistemas de ensino para elaboração de programas integrados de ensino e pesquisa com a participação das comunidades indígenas em sua formulação e que tenham objetivos de desenvolver currículos culturais correspondentes às respectivas comunidades.

Outro preceito da LDB possibilita colocar em prática esses direitos, dando a liberdade para cada escola indígena definir, de acordo com suas particularidades, seu respectivo projeto político pedagógico.

Existe outro dispositivo no Artigo 23, que trata da diversidade e que possibilita, na organização escolar, o uso de séries anuais, periódicos, semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados ou por critério de idade.

Outros dispositivos presentes na LDB evidenciam a abertura de muitas possibilidades para que, de fato, a escola possa responder à demanda da comunidade e oferecer aos educandos um processo de ensino-aprendizagem mais coerente com suas realidades e com os projetos de futuros de suas comunidades.

A LDB instituiu, em seu artigo 87, que os dez anos seguintes à sua publicação seriam considerados como “a década da educação”, e estabeleceu também que a União deveria encaminhar ao Congresso Nacional um Plano Nacional de



Educação (PNE) com diretrizes e metas para esses dez anos. E, assim, em meados do ano de 2001 foi promulgado o Plano Nacional de Educação, com um capítulo que trata sobre a Educação Escolar Indígena que se divide em três partes.

A primeira parte trata da realização de um diagnóstico para identificar como tem ocorrido a oferta de educação escolar aos povos indígenas. Na segunda apresentam-se as diretrizes para Educação Escolar Indígena e, na última parte, estão os objetivos e metas que deverão ser atingidos a curtos e longos prazos.

O Plano Nacional de Educação destaca em seus objetivos e metas, a universalização da oferta de programas educacionais aos povos indígenas para todas as séries do Ensino Fundamental assegurando autonomia para as escolas indígenas no que se refere à criação de seus projetos pedagógicos e na administração de seus recursos financeiros, garantindo, ainda, a participação das comunidades indígenas nas decisões relativas ao funcionamento dessas escolas.

Para que sobrevenha, o plano estabelece a necessidade da criação da categoria “escola indígena” para assegurar a especificidade do modelo de educação intercultural e bilíngue e sua regularização no sistema de ensino.

Art. 79 - A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I – Fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II – Manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III – desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV – Elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado (BRASIL, 2003).

O Conselho Nacional de Educação foi instituído no ano de 1996, composto por duas câmaras: a Câmara de Educação Superior e a Câmara de Educação Básica, sendo que cada uma tem doze membros nomeados pelo Presidente da República, tendo como competências emitir pareceres sobre assuntos da área educacional e sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional.

Depois da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ambas as Câmaras do Conselho Nacional de Educação trataram de preparar as normas necessárias à implantação da nova estrutura da educação instruída pela legislação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Escolar Indígena foram instituídas por meio do Parecer nº 14/99 que se divide em dois capítulos. Esse parecer apresenta a fundamentação da educação indígena, determinando a estrutura e funcionamento da escola indígena e propõe ações mais concretas em prol da educação escolar indígena, como a proposição da categoria “escola indígena”, a definição de competências para a oferta da educação escolar indígena, a formação do professor indígena, o currículo da escola e sua flexibilização.

CONTEXTO HISTÓRICO DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO INDÍGENA XERENTE WARÃ

O Centro de Ensino Médio Indígena Xerente Warã (CEMIX) foi instituído pelo ato de regulamentação, Lei de criação 1.124 de 1º de fevereiro de 2000. O Centro não foi construído em uma aldeia, mas em um lugar à parte dentro do território Xerente, com o objetivo de atender melhor o povo em estudo. A princípio o nome da unidade foi Centro de Ensino Médio Indígena Xerente (CEMIX). Inaugurado no dia 6 de maio de 2006, com a presença de membros da Secretaria do Estado da Educação e Cultura, da Diretoria Regional de Miracema do Tocantins, representantes indígenas, comunidades Xerente, alunos e servidores em geral, tendo como primeiro Diretor Lenivaldo Srãpte Xerente.

Atualmente o CEMIX-WARÃ atende uma clientela de 408 alunos, com um quadro de pessoal de 37 funcionários divididos em: 17 Administrativos e seis servidores no quadro pedagógico. No quadro pedagógico a escola tem 20 professores com nível superior e/ou especialização e três professores formados em ensino médio.

A escola possui 30 dependências divididas em 15 turmas assim representadas: sete de Ensino Fundamental Anos Finais, dois de Ensino Médio Básico, seis de Ensino Médio Profissionalizante, sendo três de Enfermagem e três de Informática.



O Centro de Ensino Médio prioriza a formação integral do aluno indígena, valorizando os conhecimentos inerentes a sua cultura, assim como a aquisição de conhecimentos universais; reconhecendo a pluralidade cultural e as diferenças individuais como fator determinante da aprendizagem de cada educando, sequenciado seu processo de cidadania.

É interessante ressaltar que o Centro de Ensino Médio Indígena Xerente tem como um dos seus princípios propiciar a valorização e o desenvolvimento de práticas de manifestações culturais do povo indígena Akwẽ. Essa preocupação com a cultura encontra-se em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), que é um documento que norteia as ações dessa unidade de ensino. Objetiva-se também, segundo o PPP, que o Centro de Ensino Médio Indígena Xerente-Warã contemple parte das necessidades da comunidade indígena Akwẽ. A implantação desse centro de educação apresenta um grande passo para o fortalecimento e desenvolvimento da cultura Akwẽ e, mais precisamente, para a sua inclusão no mundo do saber não indígena, se apropriando do seu conhecimento, para entendê-lo e percebê-lo nas suas relações com a natureza e com os outros e utilizar-se desses meios para fortalecer-se enquanto indígena. E, para possibilitar essas ações específicas, a grade curricular das escolas indígenas do Estado do Tocantins é diferente em parte das escolas estaduais não indígenas, conforme se verá mais à frente.

A proposta do Centro aborda as práticas da educação indígena levando em conta as especificidades concernentes com a cultura e ao meio. A organização curricular implantada respeita os conhecimentos inerentes da própria cultura, privilegiando o uso da língua materna de cada etnia e objetivando a formação do sujeito pleno, com nível de atendimento voltado para a compreensão do mundo que o cerca, convergindo para a melhoria de qualidade de vida dessas comunidades, defesa de seu território, costumes, tradições e de sua própria inserção na esfera administrativa será moldada em consonância com a forma de organização definida pelas comunidades.

A HISTORICIDADE DO CEMIX - WARÃ NAS MEMÓRIAS DOS PROFESSORES.

A história oral se configura como um procedimento de coleta utilizado frequentemente em pesquisas históricas de educação. Este recurso possibilita ao pesquisador recorrer, além de documentos escritos, aos documentos orais como elementos significativos no resgate de uma história.

Thompson (1992) define a história oral como uma prática social possivelmente geradora de mudanças que transformam tanto o conteúdo quanto a finalidade da história, pois, para ele, a história oral altera o enfoque da própria história e revela novos campos de investigação, podendo derrubar barreiras entre alunos, professores, gerações, instituições educacionais e até o mundo exterior. Contudo, a história oral se configura como um procedimento de coleta utilizado frequentemente em pesquisas históricas de educação.

Este recurso possibilita ao pesquisador recorrer, além dos documentos escritos, aos documentos orais como elementos significativos no resgate de uma história. Ao recorrer à história oral é preciso entendê-la em uma perspectiva que vai além de um relato de fatos: é uma maneira de se chegar ao conhecimento de fatos vivenciados em um dado momento histórico em que somente documentos escritos não poderiam revelar, por si só, todos os sentidos circulantes em um determinado meio social.

Meihs (1996, p. 10) considera a história oral como uma "[...] percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado".

A história oral é mesmo uma forma de se obter respostas mais genuínas, com pureza e clarividência que se obteve sobre o objeto de pesquisa. Ela dá propriedade aos objetivos traçados pelo roteiro da entrevista. Abordagem qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, pois trabalham com um universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994).

Esta pesquisa possibilitou o conhecimento de alguns aspectos que orientaram as práticas pedagógicas daquelas professoras, não com o intuito de se estabelecer julgamentos entre o certo e errado, mas de contribuir com pesquisas históricas em educação, pois os materiais analisados sugeriram quão promissores são para este tipo de pesquisa, uma vez que revelaram situações ocorridas com a história da educação xerente.

A entrevista é um recurso importante para fazer aparecer uma história oral e, conforme Thompson (1992, p. 25), "Os historiadores orais podem escolher exatamente a quem entrevistar e a respeito do que perguntar. A entrevista



propiciará, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados."

Cabe esclarecer que o presente estudo foi surpreendido pela maior emergência sanitária do mundo: a pandemia do COVID-19. Assim, as entrevistas foram feitas com o uso de aparelhos eletrônicos como telefones celulares por meio de aplicativos como o WhatsApp e e-mail.

Os pesquisadores ficaram impossibilitados de adentrar as aldeias para realizar as escutas através das entrevistas. Objetivando ouvir e certificar-se sobre a história da educação indígena xerente, porém foram ouvidas pessoas que conhecem e participaram do contexto educacional da etnia em estudo e, posteriormente, os respectivos relatos foram fidedignamente transcritos.

Os professores, sujeitos desta pesquisa, que narram e participam com seus relatos orais, consentem serem escutados executar registros e transcrição, e por arremate configura a respectiva pesquisa. 6

De acordo o professor, Nilson de Brito Xerente; a primeira escola surgiu em 1942, e, em 1958, surgiram outras escolas para atender os xerentes no aprendizado da língua portuguesa: aprender a ler, escrever e saber falar o português.

As crianças, antes da criação da escola, eram orientadas no Warã, eles ficavam no Warã desde os 8 anos de idade até mais o menos 25 anos, lá eles aprendiam tudo, sobre o respeito, a valorização da cultura indígena, assim como em suas casas eles eram orientados sobre o mesmo que no Warã, respeito e valorização da Cultura.

Sobre a importância da educação escolar indígena para o povo Xerente, o entrevistado fez o seguinte comentário: "[...] a educação indígena nos permitiu perceber a real importância de conservar nossa identidade, e fazermos uma nova leitura da nossa própria identidade".

Vale ressaltar que o primeiro professor não era indígena, era servidores do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1942, na aldeia Porteira que se chama Julião Gonçalves, por alguns anos. A professora Rosalina S. Da aldeia Porteira, relata que depois os indígenas Noemi W. Manoel S. Rosalina S, se tornaram professores. A primeira escola fundada foi em 1958 na aldeia Baixa Funda e aldeia Baixão com professores não indígenas Julião e Napoleão e depois vieram os missionários. Esses professores não indígenas ensinavam língua portuguesa, que para os indígenas não tinha sentido. De acordo com a preleção da respectiva professora indígena a cultura deve ser valorizada, e a educação indígena deve ser pensada e planejada para os povos indígenas.

O professor Rogério Srone Xerente e primeiro advogado da etnia em questão, formado em educação intercultural com ênfase ciências da cultura, 32 anos. Faz as seguintes colocações em relação as diferentes informações em analogia aos anciãos e a educação escolar indígena.

Segundo o professor Rogério Srone Xerente, o mesmo diz o seguinte em relação a educação indígena: claro que tem meios próprios de ensinar as nossas crianças, mas com passar do tempo com a presença dos não indígenas chegou a educação escolar indígena que conhecemos hoje. E relata que tem sido importante o que os povos indígenas estão vivenciando agora, afirmando que a educação escolar é fundamental na construção de diálogo e acanhar a partir da educação escolar a compreensão do mundo indígena, mas também, fortalecer a cultura, a língua, da etnia em questão.

O professor Rogério Srone, deixa claro que o ancião faz menção sobre os missionários batista, o pastor Rinaldo, o pastor Guntem e seus familiares que se instalaram na comunidade e teve uma convivência intensa com povo indígena, conhecendo a cultura e a realidade do povo indígena, pois partir dessa compreensão traçaram metas de alfabetização, e formas de ensino, eles criaram o alfabeto da língua akwê, o Xerente, pois até então não tínhamos contanto com a escrita.

Portanto a educação dentro da comunidade, é construída e discutida a partir da oralidade, da conversa, relacionamento com o próximo, é de maneira livre sem estar dentro de quatro paredes, então era uma educação muito diferente, a educação escolar é pouco complicada no início até porque a criança indígena não tem hábito no cumprimento de horário, de regras, vindas da escola.

Em relação aos avanços e implantação da educação da educação infantil indígena, o professor diz que ministra aulas desde 2007, e até pouco tempo era totalmente contra a educação infantil nas comunidades indígenas até porque compreendia que as crianças na primeira fase, de sua vida deve ter mais contato com a família, com pai, com a mãe, com a comunidade, a escola nessa fase seria algo muito ruim para desenvolvimento da criança. Após conversa com algumas pessoas da secretaria de educação e município, e estudando entendi a importância da educação infantil.



O referido professor e pesquisador akwẽ faz a seguinte reflexão sobre a educação escolar indígena: a educação escolar indígena é algo muito recente no nosso meio. Se todos pensássemos que a escrita da nossa língua é importantíssima já tínhamos uns akwẽ mestre ou doutor na área de linguístico. Atualmente temos maior número de akwẽ graduada em várias áreas: biólogo, direito, enfermeiro, geógrafo, historiador, jornalismo, licenciatura intercultural em ciência da cultura, ciência da natureza, ciência da linguagem, pedagoga, serviço social e um mestre em direitos humanos. Conforme tinha citado antes ainda não temos nenhum akwẽ xerente formado na área de linguístico, isso nos mostra que a nossa língua materna é menos importante, ou seja, menos valorizada na parte das classificações da gramática e na estrutura da escrita. Diante dessas observações feitas por mim em relação ao ensino de língua e a escrita da língua materna nas escolas indígena xerente, tive interesse em estudar uma parte da gramática na qual escolhi o léxico dos substantivos simples e substantivos compostos em xerente. Esse estudo é um dos primeiros akwẽ xerente falante nativo que está realizando pesquisa na área de linguístico. A partir dessa pesquisa muitos akwẽ vão refletir que estudar a nossa língua materna vale a pena a contribuir e podem assegurar a manutenção do uso da língua no dia a dia. A relevância desta pesquisa está na possibilidade e no desejo de contribuir com o povo akwẽ xerente e com nossas escolas e professores no sentido de construirmos projetos pedagógicos próprios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo propôs trazer elementos teóricos sobre a história da Educação Indígena Xerente, especialmente sobre o Centro de Ensino Médio Cemix-Warã, localizado no Município de Tocantínia/TO, bem como conhecer e promover uma reflexão histórica sobre a historicidade dos fatos envolvendo o referido objeto de estudo.

Em suma, desde o início, a entrevista caracterizou-se como uma experiência marcante para os pesquisadores, pois este recurso possibilita a inserção, por alguns instantes, no universo dos entrevistados e o compartilhamento de suas lembranças. Tais relatos advieram de pessoas cujas vidas foram parcialmente dedicadas ao contexto educacional. Procurou-se respeitar as lembranças, posições, explicações e, sobretudo, a autoridade dos entrevistados em relação aos seus relatos.

Percebeu-se nos depoimentos orais dos professores, em se tratando da história da Educação Escolar Indígena Xerente, que se prima pela valorização das culturas dos povos indígenas e que, consecutivamente, assevera-se a necessidade da afirmação e manutenção de sua diversidade étnica (práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena).

Nesta pesquisa recorreu-se à história oral, como alternativa para resgatar frações de uma história que tinha como pano de fundo a História da Educação Indígena Xerente, vindo a estabelecer laços com a realidade como um eixo facilitador para juízo do tema em estudo. Enfim, os resultados preliminares desta pesquisa trazem conhecimento e entendimento dos fatos ocorridos e de pessoas primordiais para o contexto da educação da etnia em estudo, o qual permitiu o alinhamento do saber com a cultura e respeito mútuo de ambos.

Assim, considera-se que a educação escolar indígena permeia para o alcance dos seguintes fatores:

- a) valorização das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica;
- b) fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena;
- c) formulação e manutenção de programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação escolar nas comunidades indígenas;
- d) desenvolvimento de currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
- e) elaboração e publicação sistemática de material didático específico e diferenciado;
- f) afirmação das identidades étnicas e consideração dos projetos societários definidos de forma autônoma por cada povo indígena.



REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

_____. – 1998. O acervo de história oral do CPDOC: trajetória de sua constituição. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998. 18f (disponível para *download* em www.cpdoc.fgv.br).

ALBUQUERQUE, F. E. A Educação Escolar Apinayé na Perspectiva Bilíngue e Intercultural. **Projeto de Pesquisa do Observatório da Educação Indígena**. CAPES/UFT. 2013.

_____. **Cadernos de Educação Escolar Indígena**. PROESI. Organizadores Elias Januário e Fernando Selleri Silva. Barra do Bugres: UNEMAT, v. 6, n. 1, 2008.

BRASIL. **Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto nº 26 de 04 de fevereiro de 1991**. Transfere a atribuição de oferta da educação escolar em escolas indígenas para secretarias estaduais. Brasília: Senado Federal, 1991.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1.996**. Lei Diretrizes e Bases de Educação Nacional, Brasília, DF: Senado, 1996.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Senado, 2003.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Indígena**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, M. M. A legislação, as políticas nacionais de educação infantil e a realidade: encontros e desafios. In: MACHADO, M. L. A. (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

CAMPOS, Rogério Cunha de. **Cenas da educação brasileira: lutas sociais e desgoverno nos anos 80 na Grande Belo Horizonte**. 1992. 423 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

GHIRALDELLI Jr. P. **História da Educação**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GUIMARÃES, S. M. G. **A aquisição da escrita e a diversidade cultural**: a prática dos professores Xerente. Brasília: FUNAI/Dedoc, 2002.

MEIHY, J.C.S.B. (Re)introduzindo a história oral no Brasil. In: MEIHY, J.C.S.B. (Org.). **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p.1-10.

MELO, Valéria M. C. de; GIRALDIN, Odair. Os Akwe~Xerente e a busca pela domesticação da escola. **Tellus**, ano 12, n. 22, p. 177-199, jan./jun. 2012 Campo Grande, MS. Disponível em: <http://www.gpec.ucdb.br/projetos/tellus/index.php/tellus/article/view/279/296>. Acesso em: 20 mai. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 23 ed. Petrópolis; Vozes, 1994.

SILVA, J. A.; SILVA, G. História Indígena, Antropologia e Fontes Oraís: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o presente. **História Oral**, 13(1): 33-51, 2010.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TOCANTINS. **Conheça a história dos xerente**: um dos povos participantes dos Jogos Mundiais Indígenas. Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2015/09/conheca-historia-dos-xerente-um-dos-povosparticipantes-dos-jmi.html>. Acesso em: 15 mai 2020.

